

PROJETO PARA A NORMALIZAÇÃO DA SITUAÇÃO NAMBIGUARA

Introdução. Devido a transtornos imprevistos no setor financeiro do Projeto Nambiquara, não nos foi possível fazer todas as pesquisas pretendidas durante os primeiros seis meses do contrato. Entretanto, o conhecimento da situação dos Nambiquara através de mais de três anos de convivência com eles, junto com os resultados de mais de um ano de pesquisas com documentos históricos, adicionados às pesquisas feitas nos últimos seis meses, nos forneceu condições de elaborar um plano global, que, se fôr deficiente em alguns detalhes, ainda será plenamente praticável no sentido mais amplo.

A apresentação deste plano no presente relatório toma a seguinte forma. O relatório está dividida em três partes. Na primeira parte, expomos os princípios básicos que a ciência de antropologia já descobriu, que tem a ver com a mudança social, aculturação e "integração." Na segunda parte, fornecemos dados relevantes da situação atual dos índios nambiquaras. Na terceira parte, elaboramos um plano de ação que, de acordo com os princípios científicos expostos e a natureza da situação real, será a maneira mais econômica e eficiente para resolver os problemas da área nambiquara, levando o menor prejuízo tanto para os próprios índios quanto para os elementos da sociedade brasileira que se encontram na região.

## I. DINÂMICA DA MUDANÇA SOCIAL

Um erro comum entre pessoas que trabalham com índios é pensar que os índios são ingênuos, "como crianças," e que para "civilizá-los" é somente necessário ensinar-lhes os fundamentos básicos da nossa civilização. De fato, os índios já têm um sistema cognitivo que faz sentido do universo para eles, que é tão completo e tão complicado como o nosso, e não é mais possível "enche-los" com o nosso sistema, do que encher com água um copo já cheio de óleo. Entretanto, sabemos que o sistema cognitivo que informa as ações dos membros de qualquer sociedade se modifica através do tempo, e convém perguntar como isto acontece.

O princípio básico é este: a sociedade é composta de indivíduos, e a sociedade se modifica à medida que varia o caráter dos indivíduos que a compõem.

A característica importante do ser humano a este respeito é a sua habilidade de aprender. Desde o momento que a criança nasce, ela vai aprendendo a natureza do mundo e da sociedade na qual ela vive. O que ela aprende varia de acordo com as experiências às quais está exposta. Desta maneira, a criança chinesa aprende uma visão do mundo muito diferente da visão da criança alemã. À medida que a criança vai crescendo, liga o que aprende num sistema integrado, ou gestalt, para que o seu conhecimento não fique simplesmente uma coleção heterogênea de experiências lembradas, mas um "arquivo" de informações organizadas, que ela pode consultar para tomar futuras decisões. À medida que o indivíduo continua elaborando este gestalt, ele acha cada vez mais difícil aceitar informações novas que não se conformam com o sistema já elaborado. Por isto, uma criança levada de uma sociedade para outra pode crescer e integrar-se totalmente na sociedade nova; um indivíduo de 20 anos pode aprender a conformar-se com outra sociedade, mas dificilmente perde o sotaque; e os velhos não conseguem se conformar nem com as mudanças da sua própria sociedade.

A mudança social, então, só pode acontecer através das gerações. Em vão se espera que uma sociedade indígena recém-contatada se integre à sociedade nacional dentro de um prazo de cinco ou dez anos. As pessoas já maduras no momento do contato talvez aguentarão as novas condições, mas jamais se acostumarão. Só as crianças têm condições de aceitar alguma coisa da sociedade nacional; desta forma, o seu sistema cognitivo, quando adultos, se aproximará do sistema da sociedade nacional.

Mas, também convém perguntar o que é que pode motivar o índio, qualquer que seja a sua idade, a aceitar alguma coisa da sociedade nacional? Se os benefícios da "vida civilizada" ficam à fora do alcance do índio, logicamente ele vai preferir continuar com a sua própria vida. Ele aceitará da sociedade civilizada somente aqueles elementos que acha aproveitáveis na sua vida tradicional. Assim, o índio recém-contatado facilmente aceita machados e facas de aço, porque cortam melhor do que machados de pedra e facas de taquara. Mas não aceita usar sempre a roupa, porque o seu sentido de pudor não exige isto. Enfim, o índio só aceita da sociedade nacional o que ele acha útil.

Em vista destes fatores, a mudança social é normalmente muito lenta. A aculturação, o que acontece quando uma sociedade pequena entra em contato com uma sociedade grande, seria meramente a ocasião para mudança social normal, lenta, se não fosse a desigualdade que ameaça a integridade da sociedade menor. Depopulação devido a novas doenças, ações de interesses insensíveis ao bem-estar do grupo menor, e interferência por missionários e indigenistas bem-intencionados, mas mal-informados, podem estragar as instituições básicas que unem os membros da sociedade. E uma vez que não funcionam mais as instituições que promovem a coesão da sociedade, a sociedade é reduzida a um mero agregado de indivíduos. De fato, não é mais uma sociedade.

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Assim o indigenista, a procura de uma política para guiar as suas atividades, tem que escolher entre duas alternativas. Ele pode favorecer a preservação das instituições básicas da sociedade indígena, ciente de que a mudança social será lenta, e que o grupo tribal ainda reterá a sua identidade após de 100 ou 200 anos, ou ele pode promover a desintegração da sociedade indígena, para que os seus membros sejam absorvidos pela sociedade nacional no mais breve tempo.

A primeira vista, a segunda alternativa parece a mais econômica e eficiente. Não obstante, temos que perguntar: se a sociedade indígena desmorona-se, os seus membros serão integrados em que setor da sociedade nacional? Sem instrução, sem habilidades úteis, os índios nesta situação não podem mais do que entrar no mercado de mão-de-obra braçal, fazendo competição com trabalhadores braçais "civilizados," num país que já tem um perigoso excesso de trabalhadores braçais e uma falta aguda de trabalhadores capacitados para serviços técnicos. Pior, o índio destribalizado perde o seu sentido de identidade; não é mais índio, nem tão pouco é "civilizado." Como nos disse um homem nesta situação, "Não sou mais nada." Sem um sentido de identidade, sem pertencer a sociedade alguma, o índio fica marginalizado e entre outras coisas, vira alcoolatra. Enfim, com a desintegração da sociedade indígena, o índio se torna um peso morto para a sociedade nacional.

O problema com a primeira alternativa, de ajudar a sociedade indígena a manter suas instituições básicas e mudar lentamente, é que parece que a sociedade indígena quase nunca se integrará à sociedade nacional. Mas este problema é ilusório... Integração, na retórica vigente, não implica na homogeneização do País, senão na participação de todos os setores do País para o maior bem-estar nacional. Implica em acabar com a desigualdade entre o desenvolvimento do litoral e o do interior; implica que cada região deve sustentar a sua parte de carga na produção nacional. Neste sentido, se um grupo de índios tribais produzir o necessário

para o seu próprio consumo e eventualmente chegar a vender um excedente, poder-se-ia considerá-lo integrado à sociedade nacional. De fato, estudos de vários casos, tanto no Brasil quanto em países estrangeiros, mostram que a maneira mais econômica e eficaz de administrar uma tribo é garantir para ela terras boas e fornecer condições para que chegue a poder atender às suas próprias necessidades, enquanto vai aproximando-se, pouco a pouco, ao caráter da sociedade em redor.

## II. DADOS SOBRE O CASO NAMBIQUARA

Consideremos separadamente a situação demográfica dos índios, a presença da sociedade brasileira na sua região, e a presença missionária.

A situação demográfica dos índios nambiquara. Embora ~~que~~ a prática <sup>seja</sup> é suscetível a certas críticas técnicas, seguiremos o sistema mais frequentemente empregado na classificação de grupos indígenas, e definiremos "Nambiquara" de acordo com critérios linguísticos. Assim, diremos que todos os grupos da região sob estudo que falam línguas cujos vocabulários partilham de uma porcentagem razoável de radicais são da "Familia Linguística Nambiquara." De fato, esta família se divide em pelo menos três línguas que não são mutuamente compreensíveis e cada uma destas línguas tem vários dialetos regionais. Outros aspectos da cultura, tais como enfeite corporal, música e religião, também variam de um grupo a outro. Não obstante, de grosso modo, todos os grupos que compõem a família nambiquara têm o mesmo tipo de organização social, e há relações entre si que diferem das relações que eles mantêm com tribos de fora da família, tais como os Pareci e os Cinta Larga. A área tradicionalmente habitada pela família nambiquara é de aproximadamente 5.500.000 hectares.

Os grupos que ainda têm sobreviventes, organizados de acordo com o critério linguístico, são:



**A. Grupos que falam Nambiquara do Sul:**

**1. Do Vale do Guaporé**

- 3
- a) Sararé
  - b) wasusú
  - c) al'antésú
  - d) way'sú
  - e) hahayntésú
  - f) n'antésú

**2. Da Serra dos Parecis**

- 4
- a) saw'entésú
  - b) halótésú
  - c) w'akalitésú
  - d) kithawlhá

**3. Da Serra do Norte**

- a) niyalhosú
- b) siw'ayhsú
- c) hñkatésú

**B. Grupos que falam Nambiquara do Norte:**

- 3
- a) Mamaindê
  - b) Nekaratiá
  - c) t'áwenté
  - d) t'áwanté
  - e) yálákunté

**C. Sabané**

**D. Massaça (tem uma certa semelhança com Sabané)**

Muitos destes grupos são extremamente reduzidos devido aos efeitos de epidemias, e muitas aldeias atuais possuem populações constituídas por membros de mais de um grupo. As aldeias existentes são as seguintes (veja mapa Nº 1).

**Nambiquara do Sul**

- 1. Sararé
- 2. Sararé
- 3. Sararé
- 4. wasusú

População  
Aproximada

35

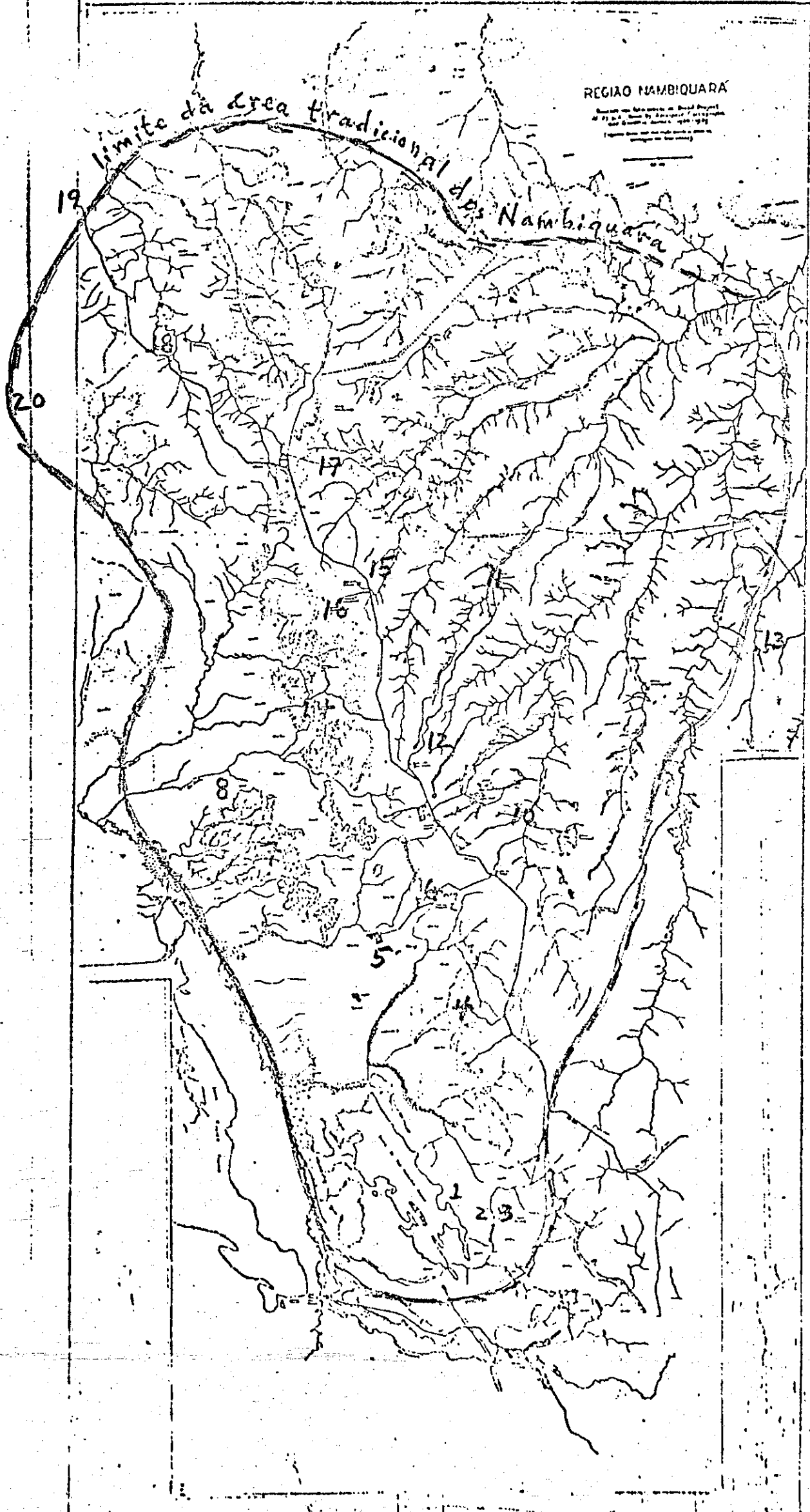
40

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

	75
5. al'antésú	35
6. way'sú	26
7. hahayntésú	52
8. n'antésú	60 (?)
9. Serra Azul	50
10. Bacaiuval	25
11. Camararé	70
12. Joãozinho	5
13. Sainã	30
<b>Nambiquara do Norte e Sabanã</b>	
14. Nekarattú	20
15. Fifano	25
16. Padronal	25
17. Posto Nambiquara	35
18. Seringal de Faustino	25
19. Marco Rondon	30
20. Massacá	30 (?)
<hr/>	
TOTAL	628

Os vários grupos diferem muito em grau de aculturação. Os grupos que ficam perto da linha telegráfica, construída pelo General Rondon, têm 60 anos de contato, e aprenderam, até certo ponto, a lidar com os representantes da sociedade brasileira. Para o grupo de Marco Rondon, isto quer dizer conviver ao lado dos "civilizados;" para o grupo do Seringal de Faustino, quer dizer resignar-se à escravidão. Outros grupos, como a aldeia de Serra Azul, entraram efetivamente em contato durante a época da extração de seringa iniciada pela falta de borracha ocasionada pela ocupação japonesa na Maláia durante a segunda guerra mundial. Os índios no Vale do Guaporé sofreram durante mais de um século as incursões de ponieiros (coletores de ipecaçuana), mas não entraram efetivamente em contato até os últimos 10 anos, pois a construção da estrada BR-364 possibilitou o desenvolvimento de fazendas na região. Em termos gerais, podemos dizer que os remanescentes dos Nambiquara do Norte (com exceção dos Mamaindê) e dos Sabanã são

# Mapa Nº 1 - Aldeias





Muito aculturados, os Nambiquara do Sul da Serra dos Parecis são um pouco aculturados, e os Nambiquara do Vale do Guaporé quase não são atingidos pela aculturação, apesar do choque de contato brusco com enormes agropecuárias.

As relações que os vários grupos nambiquaras têm entre si não são sempre amigáveis. Este não é o lugar para uma exposição detalhada da política interna da família nambiquara, mas em termos gerais, todos os grupos são ligados e divididos por um complexo sistema de alianças e rixas. Alianças geralmente partem de casamentos entre grupos; e rixas, que frequentemente começam com acusações de feitiçaria, podem continuar durante muito tempo. O mais recente atrito deste tipo aconteceu<sup>va</sup> a 25 de dezembro do ano passado, quando os al'antésú mataram Barbudinho, um homem dos way'sú. Toda a rede de alianças e rixas é altamente instável, e em qualquer momento pode começar uma rixa entre grupos outrora aliados.

2. A presença da sociedade brasileira. A experiência que os Nambiquara tiveram com a "civilização" nunca deu razões para eles <sup>re</sup>querem deixar as suas vidas tradicionais. Os primeiros estrangeiros que conheceram foram os escravos fugidos, principalmente do famoso quilombo Aldeia Carlota, durante o século 18, que roubavam as índias para serem suas mulheres. Depois chegaram os poaieiros, que costumavam permanecer no mato a base da boia tomada a força dos índios. Depois chegaram duas ondas de seringueiros, e ultimamente milhares de peões trazidos pelas fazendas para derrubar o mato. Para os Nambiquara, estes elementos marginais representam a sociedade brasileira.

Apesar das boas intenções do General Rondon, até o presente todas as tentativas do governo federal em prestar assistência aos Nambiquara foram fracassos totais. A maioria do pessoal da linha telegráfica ficou com medo dos índios e suas relações consistiam somente em trocas e atritos. O SPI estabeleceu um posto de atração em Pontas e Lacerda em 1919; que se mudou para a cidade do Mato Grosso em 1921, e que, durante mais de dez anos de existência,

nunca fez nenhum contato com os índios. Outro posto foi fundado na linha telegráfica, perto do Córrego Urutau, em 1925, mas foi tão ineficaz que, durante a maioria da década de 1930, os relatórios anuais do Inspetor em Cuiabá nem o mencionam. Em 1942, o Posto Indígena Pyreneus de Souza foi fundado no Córrego Espiro, uma cabeceira do Rio 12 de Outubro. O encarregado do posto, desde 1943 até 1968, foi Afonso Mansur de França, que empregou os índios na extração de seringa, primeiro oficialmente, de acordo com um convenio entre o SPI e a Rubber Development Corporation, e depois por sua própria conta. Os índios que ainda se encontram escravizados no Seringal de Faustino são os remanescentes, como parece, de uma espécie de dote humano, pois Afonso de França é seu sogro. Não é mais possível comprovar as atrocidades que os índios contam, mas o certo é que Afonso foi obrigado de fazer expedições de vez em quando para capturar mais índios, pois os índios no posto morreram muito mais rapidamente do que nasceram.

A área do Posto Pyreneus de Souza, agora Posto Nambiquara, é de 25.780 hectares, a maioria da qual é campo e cerrado, de pouco valor para a agricultura. O número de índios que morreram no lugar através dos anos, de acordo com os relatórios mensais pertencentes aos arquivos da FUNAI em Cuiabá, indicam que o lugar é muito insalubre ou os índios foram muito mal alimentados, ou ambos.

O Decreto Nº 63.368 de 08 de outubro de 1968 criou a Reserva Nambiquara, entre os Rios Juina e Camararé e a estrada BR-364. A Reserva foi planejada a base de informações tão inadequadas que o Decreto chega a descrever um limite que parte da "ponte sobre o Rio Juina," embora que a estrada não atravessasse o Rio Juina em lugar nenhum. Contém a pior terra de toda a área tradicionalmente habitada pelos Nambiquara e incluiu somente as aldeias de Camararé e Serra Azul, com pouco mais de 10% da população nambiquara na época do decreto.

Visto que esta área não foi adequada, a Reserva foi melhor definida e aumentada pelo Decreto Nº 73.221, de 28

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

de novembro de 1973, que tinha o efeito de adicionar um trecho ao norte, colocando o novo limite no Rio 12 de Outubro, e levando a área total da Reserva a 1.000.000 hectares. Na época do decreto não havia índios nambiquaras neste trecho, e embora ele incluía uma boa mata na região de Campos Novos, a maioria da área adicionada tem a mesma terra péssima que a Reserva criada pelo decreto anterior. Ainda mais, suspeita-se que o novo trecho está infestado com malária.

Para facilitar o desenvolvimento agropecuário do Vale do Guaporé, a FUNAI assumiu a responsabilidade de mudar os índios residentes naquela região para a Reserva. O sertanista Fritz Tolksdorf, outrota da região Rikpaksa, foi encarregado com esta tarefa difícil. Apoiado pelos missionários que trabalharam com os três grupos, ele conseguiu mudar os wasusú, os al'antésú e a aldeia de Capitão Fifano para a Reserva. Infelizmente, quando os primeiros dois grupos descobriram que a terra da Reserva não era adequada para a cultivo do milho, que é o elemento básico de sua dieta, saíram da Reserva e voltaram para as suas antigas terras no vale do Guaporé. Atualmente, a sede do Sr. Fritz, no "Posto Wasusu," está isenta de índios.

Uma vez que a FUNAI já se comprometeu a retirar os índios do Vale do Guaporé, os proprietários da região seguiram rapidamente com o desenvolvimento das suas fazendas, de modo que os índios que ficaram, tanto quanto os índios que voltaram, logo acharam as suas terras antigas ocupadas, derrubadas, e formadas em pasto. A caça ficou escaça, e muitos índios começaram a viver a base de roubos das fazendas e até da prostituição de suas mulheres.

Visto que esta situação não podia continuar sem consequências graves, a FUNAI promoveu um processo que resultou no Decreto Nº 74.515, de 05 de setembro de 1974, que interdita, "para efeito das providências de atração" a região entre o Rio Sararé e o Rio Galera: quase a única área no Vale do Guaporé que tem poucos benefícios feitos. A parte central da área é a Serra de São Vicente, que é

curva indica a presença

de mata

Povo  
Mandi.

Sec. do Nº 73.2.1

Decreto Nº

3.708

19

3.708.7.515



MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

to inútil para a agricultura como a Reserva. Mas a parte oeste se assemelha ao pantanal, com alguns trechos de mata, e deve servir tanto para a agricultura, quanto para a pecuária. A parte leste contém um pouco de cerrado, mas também muita mata da primeira qualidade, que dá para milho ou qualquer outra coisa que os índios quiserem plantar. A área total da região é de aproximadamente 300.000 hectares. Infelizmente, malária é comum.

3. A presença missionária. As atividades missionárias começaram entre os Nambiquara em 1924, com uma expedição preliminar montada pela Inland South America Missionary Union, atual South America Mission. Em 1930, os índios mataram desta missão a família Tylee e os esforços foram redobrados para catequizar estes "índios assassinos." Até o presente, a South America Mission mandou 13 famílias missionárias aos índios nambiquara. Em 1950, a New Tribes Mission tentou fazer contato com os Nambiquara, entrando ilegalmente pela fronteira com a Bolívia; depois dos índios matarem um missionário, desistiram. Desde 1959, a Missão Cristã Brasileira, que começou por trabalhar com o povo da cidade de Mato Grosso, também entrou em trabalhos com os Nambiquara. No mesmo ano, o Summer Institute of Linguistics começou a estudar a língua Nambiquara, para eventualmente traduzir a bíblia. No ano passado, a Obra Beneficente Nova Suíça também foi autorizada a trabalhar entre os Nambiquara. Todas estas missões, salvo talvez a Nova Suíça, cuja afiliação não consta nos documentos no poder da FUNAI, são de Protestantes.

Os Jesuítas da Missão Anchieta também trabalham com os índios de São, sendo impedidos de trabalhar com os outros Nambiquara por estarem fora da Prelazia de Diamantino, cujo limite oeste é o Rio Juruena.

Hoje em dia, são os seguintes missionários que estão trabalhando entre os índios nambiquara:

Missão Cristã Brasileira

Gustav Bringsken

Heinrich Berg

(piloto)

way'sú



MINISTÉRIO DO INTERIOR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Ernst de Booy	hahyntósú
Gerhard Fauck	Sararé
Sung Joon Kim	al'ântésú
Summer Institute of Linguistics	
Ivan Lowe	Camararé
Menno Kroeker	Serra Azul
Peter Kingston	Fifano
South America Mission	
Edwin Pedersen	wasusú
Phillip Mosher	Camararé
Obra Beneficente Nova Suíça	
Raquel Steingruber	(enfermeira errante)
Abraham Bartschi	(carpinteiro)
René Dumas	(arquiteto)
Missão Anchieta	
Pe. Thomaz de Aquino Lisboa	Sainã

### III. PLANO PARA RACIONALIZAR A SITUAÇÃO NAMBIQUARA

A seguir, elaboramos um plano de ação que tem por base a teoria antropológica e os dados concretos acima expostas, que nos parece ser a maneira mais razoável, econômica e eficaz para resolver os problemas da região nambiquara, com o menor prejuízo tanto para os índios quanto para o desenvolvimento da região. Consideramos cinco assuntos: a questão de terras, a integridade social da tribo, desenvolvimento econômico, educação, e saúde.

1. Terras. Sem dúvida, a área recentemente interdita é muito melhor para a agricultura do que a Reserva Nambiquara. A Reserva, junto com o Posto Nambiquara, que é contíguo, contém mais de 1.000.000 hectares, dos quais apenas uns 75.000 hectares, ou 7% da área total, são adequados para a agricultura. Em comparação, a área interdita pelo Decreto Nº 74.515 é menos de um terço da área da Reserva, com aproximadamente 300.000 hectares, mas desta área, uns 133.000 hectares, ou 44% da região, são adequados para a agricultura. Obviamente, seria vantajoso liberar a

Reserva velha e criar uma nova Reserva na região interdita.

Os problemas a serem enfrentados para seguir este curso de ação são de dois tipos: primeiro, a aceitação da transferência pelos vários grupos nambiquaras; e segundo, a expropriação da área interdita.

A resposta ao primeiro quesito não é simples. Muitos índios aceitarão mudar-se para a área, mas acreditamos que alguns jamais aceitarão fazer tal mudança. Uma parte do grupo do Sararé já mora na área, pois é a sua região tradicional, e o resto mudará sem dificuldade. Uma vez que a área foi interdita para fins de atração, já aproveitamos para mudar dois grupos que ficaram gravemente prejudicados nas suas regiões tradicionais, os way'sú e os hahyntésú (veja anexo). Os dois grupos, que somam 78 índios, aceitaram a possibilidade de mudar-se com alegria e ficaram muito contentes no lugar novo. Em adição, os al'antésú, os wasusú, a aldeia de Camararé e Joãozinho já querem mudar para a área interdita. O povo de Serra Azul está com dúvidas, mas ainda não conhecem a área, e acreditamos que, se levarmos os líderes da aldeia para verem a mata boa e a abundância de caça, aceitarão mudar-se. Concordamos com a opinião do missionário Menno Kroeker em que se Serra Azul se muda, Bacaiuva também se mudará. Sobre os n'antésú, não temos base para opinar, mas provavelmente quando se derem conta do perigo que correm, rodeados de fazendas, também aceitarão mudar-se. Os índios de Sainã são protegidos pelos padres da Missão Anchieta, e atualmente não correm nenhum perigo. Achamos provável, entretanto, que se todos os outros Nambiquara do Sul se mudam, eventualmente Sainã também se mudará. Enfim, dos Nambiquara do Sul, três grupos já estão na área interdita; quatro grupos querem mudar logo para a área; e quatro grupos ainda não aceitaram mudar-se, mas provavelmente aceitarão quando conhecerem a área.

Entretanto, os Nambiquara do Norte e os Sabané provavelmente não aceitarão mudar para uma área tão longe dos

seus lares tradicionais, para partilha-la com os Nambiquara do Sul, que diferem deles em língua, em muitos aspectos culturais, e em grau de aculturação. Assim, faz-se necessário tratar com os Nambiquara do Sul e os Nambiquara do Norte separadamente.

Sem dúvida, uma grande parte do problema nambiquara será resolvido quando a área interditada se tornar Reserva. Entretanto, os proprietários da área, embora não a tenham beneficiado em grande escala, não concordarão facilmente com a criação de tal reserva. A FUNAI terá que escolher entre dois caminhos jurídicos: primeiro, pode alegar que a área em questão é região indígena e que de acordo com a Constituição já é patrimônio da União, de modo que os proprietários não tenham nenhum direito a indenização; segundo, pode decidir em indenizar os proprietários. Uma vez que não temos formação sobre Direito, não sabemos escolher entre estas duas possibilidades. Não obstante, podemos fornecer algumas informações que talvez abram pistas para os Advogados da FUNAI.

Se a FUNAI alega que a área é região indígena, os advogados dos proprietários contestarão que nunca houve índios na área, até que os mudamos para lá, no começo deste ano, e que desde a primeira parte do século 18, quando o ouro foi descoberto na região, a área foi habitada por "civilizados." Para responder esta objeção, oferecemos os seguintes extratos de documentos históricos. (Nota-se que os Nambiquara foram denominados "Cabixis" até o começo do presente século).

"Cabixis, nação que transita os campos dos Parecis, vivem nas cabeceiras e matos dos rios Guaporé, Sararé, Galera, Piolho, e Branco"

Ricardo Franco de Almeida Serra, Descrição geographica da capitania de Matto-Grosso; Anno de 1797. Publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, Vol. 6, pág. 156-196, e Vol. 20, pág. 185-292.

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

"Los Cabixis ... s'étendent jusqu'aux sources de Guaporé, et sur les bords du Sararé et du Galera."

Francis de Castelnau, Expédition dans les parties centrales de l'Amérique du Sud, Vol. 3, pag. 150. 1851.

"Sie sind theilweise nomadisch auf den Fluren der Chapada dos Parexis gesehen worden, haben aber auch feste Wohnplätze am obersten Juruena, am Ursprung der Flüsse Guaporé, Sararé, Piolho, Branco und Galera."

Carl Friedrich Phil. von Martius, Beiträge zur Ethnographie und Sprachenkunde Amerika's zumal Brasiliens. Vol. 1, pag. 244. 1807.  
(Nota-se que von Martius tirou estes dados dos jornais do famoso naturalista austriaco, Johann Natterer, que estava na área em questão nos anos 1826-1829).

"Ja mais nas 'Socas' os Indios fazerem os seus assassinos, como no dia 4 do Corr. e fizeram grande assassino e Orozo em Manoel Glz seu Escravo estando em trabalho na sua rossa; não valendo a ronda q, de Contino Sefas, p q os I.os Selvagem atravessão a estrada de S. Vicente distante deste Arrayal hũa legoa meia; e duas, em rumo tão deferente q nunca Sepode encontrar"

Carta de Candido Correia a Luciano Rodrigues Montemor, escrita em Pilar, 5 de abril de 1848. Arquivo do Estado de Mato Grosso, Caixa 1848.

"Ha pouco atacarão um sitio a meio quarto de legua da cidade /de Mato Grosso/, matando seus habitantes e roubando tudo que encontrarão.

"A grande ponte do Guaporé, na estrada que vae de Villa Maria /Cáceres/ áquella cidade, obra de muito mericimento e necessidade n'aquelle lugar, e que tinha 180 palmos de comprimento e 14 de largura, construida com madeiras muito boas, foi incendiada pelos cabixis ha poucos annos."

Joaquim Ferreira Moutinho, Noticia sobre a provincia de Matto Grosso, pag. 143. 1869

"São Vicente/ Ja não existe tambem, sendo assaltado, incendiado e destruido o pouco que já restava, pelos Cabixis em 1877."

Augusto João Manuel Leverger, Barão de Melgaço, Anontamentos para o dictionário chorographico da provincia de Mato-Grosso. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, Vol. 47, pag. 420, nota 1.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

"havia tido algumas pessoas que se internaram nas matas do rio Galera, para extrahirem poana, e foram obrigadas a retroceder, devido ao constante ataque dos índios"

G. Pimentel Barboza, Relatório apresentado ao Snr. Inspector do Serviço de Protecção aos Índios em Matto Grosso, Dr. Antonio Martins Vianna Estigarribia, 16 de janeiro de 1922. Documento no arquivo da FUNAI, Cuiabá.

Do nosso próprio conhecimento, haviam índios nambiquaras na área em questão quando estávamos fazendo pesquisas antropológicas na região em 1968.

Assim, talvez seja possível fazer a Reserva da área interdita, sem necessidade de indenizar os proprietários. Mas, de outro ponto de vista, talvez seja interessante indenizar os proprietários, pois se aceitam a indenização, renunciavam definitivamente ao título das terras, e a FUNAI evitaria uma longa luta legal para expulsá-los da área. Para indenizar os proprietários sem muita despesa, sugiro o seguinte plano:

Uma parte dos Nambiquara do Sul que atualmente moram na Reserva velha aceitam mudar-se para a área recentemente interdita. Os outros também aceitarão mudar-se, se o assunto for tratado diplomaticamente. Com a mudança destes índios, será possível liberar a parte da Reserva velha que fica ao sul do Rio Camararé, retendo a parte ao norte e o Posto Nambiquara provisoriamente, até que consigamos determinar se as aldeias dos Nambiquara do Norte e os Sabané aceitam mudar-se para aquela área. O limite sul da área retida seria o Rio Camararé, começando da ponte onde a estrada BR-364 atravessa uma das suas cabeceiras. A área liberada seria de aproximadamente 700.000 hectares, mais de duas vezes o tamanho da área interdita. Assim, será possível respeitar-se os títulos das duas pessoas que tem benefatorias na Reserva, os Srs. Ademar Geraldo Pereira César, que tem uma fazenda pequena, perto do "Posto Wasusu," e Flávio Pereira de Souza Leão, dono do Posto Vale do Guaporé, Ltda. (outrora Pensão do Gaúcho), e ainda oferecer aos proprietários despojados da área da nova reserva terras



duas vezes maiores que as propriedades perdidas. A oferta de duas vezes a área perdida é razoável, pois a qualidade da terra é muito inferior, embora que possa enfatizar que em muitos lugares existe a possibilidade de beneficiar o campo e formar pasto. O Sr. Flávio já fez isto numa área pequena com êxito.

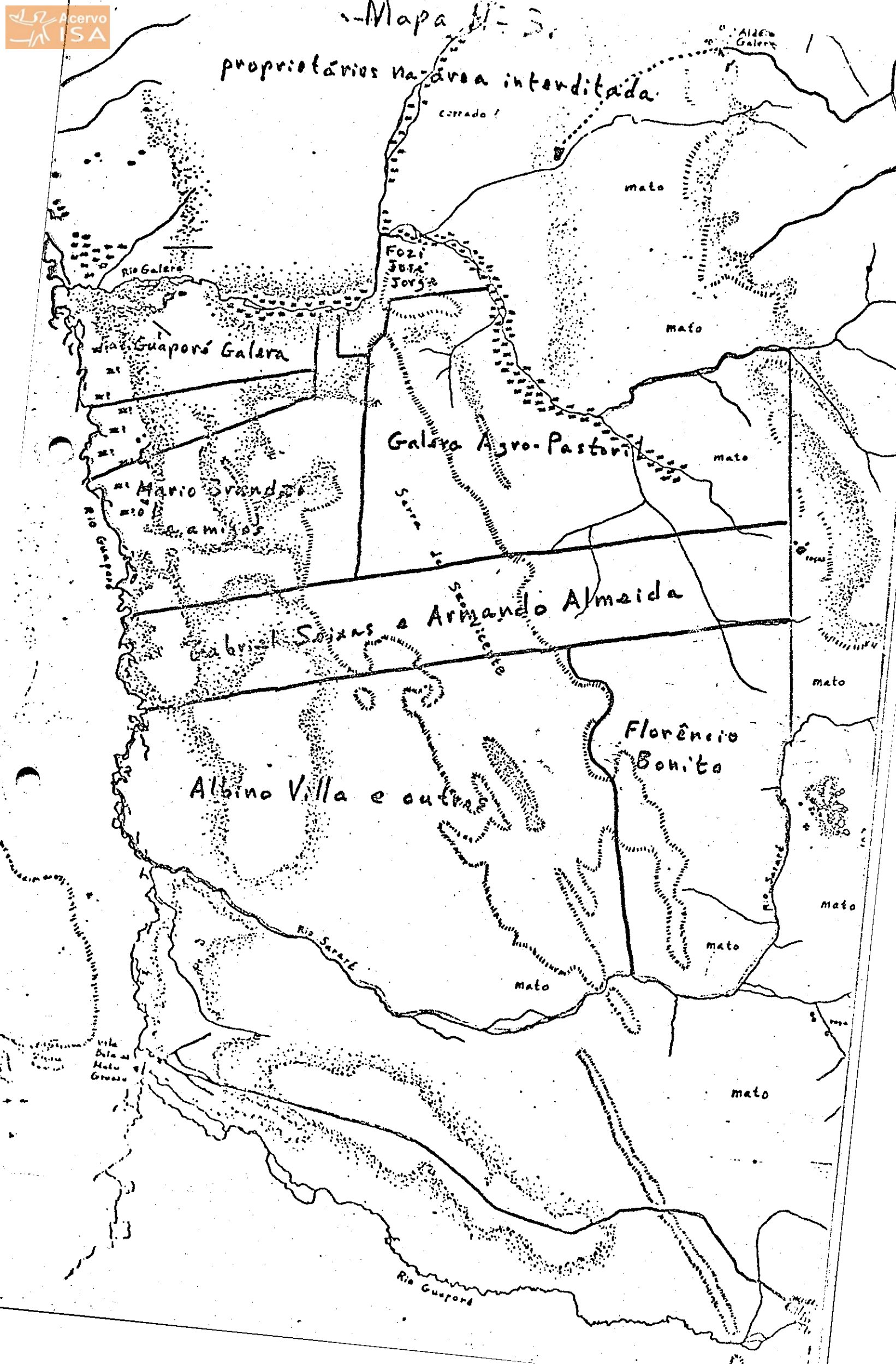
Os benefícios já existentes nas propriedades da área interditada antes do Decreto de 05 de setembro de 1974 devem ser indenizados a parte da troca de terras. Mas, se não se conta com as despesas de medição de terras, estes benefícios não chegam a um montante muito alto, e nos parece razoável argumentar que a picada de medição é feita para demarcar o limite da propriedade, não se podendo considerar como benefício.

Nos dias 18, 19 e 20 de novembro de 1974, visitamos todas as propriedades da área interditada, menos a sede da "Galera Agro-Pastoril," onde o piloto não quis descer, e as terras de Gabriel Seixas e Armando Almeida, onde não havia pistas. Estas visitas foram feitas junto com o Sr. Nicodemus Assunção dos Santos, agente da Polícia Federal. Informamos a todos que encontramos sobre a interdição, e solicitamos que os proprietários comparecessem à 5ª DR da FUNAI, em Cuiabá. Posteriormente, o Sr. Fritz Tolksdorf, quando de visita a São Paulo, falou com os sócios do "Galera Agro-Pastoril" no mesmo sentido. Até o presente, nos foi possível falar, ou por telefone ou em pessoa, com representantes de seis das sete pessoas jurídicas que têm propriedade na região. Uma lista dos proprietários segue. Mapa N213, mostrando as propriedades, foi baseado em dados fornecidos por Engecon, engenheiros consultores, Rua Joaquim Murinho, 2471, Cuiabá.

Fazenda Guaporé Galera. O dono desta fazenda é o Sr. João Pereira dos Santos e a sua família, com endereço na Rua Barão de Itapetininga, 50, São Paulo; telefone 220-3832. A firma está representada em Cuiabá pelo Dr. João Fernandes, Pça. Conde Azambuja, 40; telefone 3568. Certidão Negativa foi cedida à Agropecuária Guaporé Galera

- Mapa N.º 3 -

proprietários na área interdita



MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO - FUNAI

no processo FUNAI/BSB/696/71. O Sr. João disse-nos que o tamanho da sua propriedade é 33.880 hectares, embora os proprietários do lote não concordem com estas medidas. Os benefícios feitos incluem três pistas de aterrisagem; uma invornada cercada com 14.000 metros de arame farpado e contendo 25 rêsos; um curral; e uma casa de madeira, bem feita. O encarregado da fazenda é o Sr. José Bonifácio Camargo, que ali mora com a sua senhora e quatro filhos. Quando falamos com o Sr. João por telefone, dia 12 de dezembro, ele achou razoável a possibilidade de uma troca de terras.

Fazenda Morada do Sol. O dono desta fazenda é o Sr. Fozil José Jorge, da Rua Cusi Junior, 1367, Baurur, SP; telefone 2-3633. Falamos com o Sr. Fozil dia 04 de dezembro, por telefone. O mesmo disse-nos que o tamanho da fazenda é 7.000 alqueires, e que já investiu R\$600.000,00 em benefícios, principalmente uma pista de aterrisagem e uma derrubada. Ele afastou o seu pessoal voluntariamente quando viu sobre a interdição. Tem interesse numa troca de terras.

Fazenda do Morro. Esta fazenda é propriedade do Sr. Mário Brandão e amigos. Falamos com o Sr. Mário no escritório ao lado da sua residência em Cuiabá, à Rua Maria Mendes, 200, no dia 26 de novembro de 1974. Ele disse-nos que o tamanho da fazenda é 16.000 alqueires. Os únicos benefícios são uma pista boa e 32 alqueires derrubados este ano. O fato é que a derrubada ainda estava queimando quando visitamos o lugar no dia 18 de novembro; assim há a possibilidade de que a derrubada tenha sido feita com pressa, depois da interdição. O Sr. Mário achou interessante a possibilidade de uma troca de terras.

Galera Agro-Pastoril S./C. Ltda. O escritório desta empresa está na Rua Vieira de Carvalho, 132, 8º andar, 01210 São Paulo, com telefones 36-6777, 35-9494, e 37-4348. Certidão Negativa foi cedida pelo processo FUNAI/BSB/2356/70. Falamos com o Dr. Fernando T. de Campos Carvalho, advogado e sócio da empresa, dia 15 de

janeiro de 1975. É difícil saber-se o tamanho da parte da propriedade que está dentro da área interditada, pois há uma parte fora no norte e outra no leste. Não obstante, o Dr. Fernando afirmou-nos que há 1.000 alqueires dentro da área já derrubados e formados em pasto, com 450 cabeças de gado. Suspeitamos que uma parte deste gado foi colocado na área depois da interdição, porque quando os missionários Edwin Pedersen e Phillip Mosher visitaram a fazenda em novembro, o gerente, Sr. Cristóvão, informou-os que havia somente 200 cabeças de gado. Os missionários também nos falaram que há uma boa ponte sobre o Rio Galera e duas casas, muito bem feitas. Há duas pistas de aterrisagem.

-- Gabriel Seixas e Armando Almeida. Devido à ausência completa de benefícios, não descobrimos nada a respeito desta propriedade quando da nossa viagem à área com o agente federal. Só por acaso descobrimos recentemente os nomes dos proprietários, o primeiro dos quais mora em Marilha, e o segundo em São Paulo. Segundo o pessoal da Galera Agro-Pastoril, eles estão construindo uma pista de aterrisagem agora.

Albino Villa e outros. Esta propriedade está dividida em dois pedaços para fins legais. A parte oeste está registrada no nome de Mário Nobile e outros, e a parte leste no nome de Rosalindo Guzzi e outros. Não obstante, os dois lotes têm os mesmos donos, e o Sr. Albino Villa, morador à Rua 7 de Setembro, 796, Marilha, SP, com telefone 3954, é o presidente dos dois. No dia 28 de novembro de 1974, falamos com o Dr. Vicente Villa Neto, filho do Sr. Albino, que foi à Cuiabá em seu lugar, por estar doente na época. O Dr. Vicente nos disse que a área total dos dois lotes é de 105.828 hectares. Certidão Negativa para a propriedade foi cedida à Colonizadora Guaporé Ltda., em 17 de outubro de 1968.

A área tem três derrubadas. Segundo o Sr. Aristônico Ribeiro da Cruz, gerente do Sr. Albino na cidade do Mato Grosso, a primeira derrubada, no Rio Guaporé, possui uma casa de madeira que abriga duas famílias, con-



MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

tendo um total de 12 pessoas. Disse-nos que a plantação é constituída por um alqueire de mandioca e 30 alqueires de pasto formado.

A segunda derrubada é no Rio Sararé, perto da foz do Córrego Agua Suja. O Sr. Aristónico disse-nos que possui quatro casas de madeira e uma casa de barro, habitadas por duas famílias com um total de 13 pessoas e um número variável de peões. A plantação ali feita inclui 18 alqueires plantados de arroz, milho e mandioca; 15 alqueires de pasto formado; e 500 pés de banana. Disse-nos que há ainda 35 cabeças de porcos.

A terceira derrubada fica no meio curso do Rio Sararé, ao pé da serra. Segundo Sr. Aristónico, tem 32,5 alqueires derrubados. A maioria desta área é constituída de capoeira e pasto, mas o vigia do lugar, Sr. Joaquim Santana da Silva, que mora ali com a sua senhora e duas crianças, tem formado cinco alqueires de milho e três alqueires de arroz, de sua própria conta. As construções do lugar são: uma barraca, uma casa de madeira, bem feita, e uma ponte sobre o Rio Sararé construída no ano passado a um custo total, segundo Dr. Vicente, de Cr\$160.000,00. A ponte cedeu nos primeiros dias de janeiro, e dificilmente aguentará as chuvas ainda a vir.

O Dr. Vicente achou que uma troca de terras seria interessante, como último recurso, mas disse-nos que não poderia responder pelo pai.

.. Agropecuária Florêncio Bonito S/A. O presidente desta firma, que tem fazendas em várias partes do Brasil, é o Sr. Zigomar Ferreira Franco, e o endereço do seu escritório é Av. Onze Nº 1297, Ituiutaba, MG, com telefones 2131 e 2111. Segundo o gerente da fazenda na região em questão, o Sr. Geraci Amâncio de Vasconcellos, a empresa possui 67.000 hectares na área interditada, do qual 260 alqueires já são beneficiados, em caráter de invernada, cercada com arame farpado e contendo 480 rêsos. Segundo o sertanista Fritz Tolksdorf, quando ele sobrevoou a área julho de 1974 não havia gado na área. Visto que é



costume colocar gado em pasto recentemente formado no fim das chuvas, quando o pasto já teve um ano para crescer e semear-se, se pode suspeitar que o gado em questão foi colocado na área depois da interdição. Seja como for, a fazenda tem Cortidão Negativa cedida pela FUNAI em 17 de outubro de 1968, e tem incentivos do Proterra, uma parte dos quais já foi aplicada.

O Dr. Rafael Eugênio de Azoredo Coutinho, procurador da empresa, compareceu à 5ª DR na semana de 9 de dezembro de 1974. Ele fez caso em intimidar o pessoal da FUNAI, e fomos obrigados a levá-lo a falar com o Dr. José Corbelino, advogado da 5ª DR. Ele alegou que não havia nenhum índio na propriedade e solicitou que a FUNAI mandasse um funcionário para constatar o fato. Ele parecia um pouco inquieto quando respondemos que tínhamos conhecimento da existência de uma aldeia dentro da propriedade desde 1968, fato este que várias outras pessoas podem testemunhar, e que, se não houvesse índios lá agora, só podia ser porque a fazenda tinha-os matado ou expulsado. De fato, quando o Sr. Gustavo Bringsken, da Missão Cristã Brasileira, sobre vceu a aldeia em questão dia 9 de janeiro deste ano, ela parecia abandonada. O Dr. Rafael acabou por entregar à 5ª DR um documento que proíbe qualquer funcionário da FUNAI ou índio de entrar na propriedade de Florêncio Bonito. Segundo o Dr. Corbelino, este documento (cópia do qual se encontra anexo) tem um caráter legal muito duvidoso.

Também agindo dentro da área interditada estão as empresas Ouro Fino Mineração Ltda. e E.S. Ponso e Cia. Ltda., de Luis Eduardo Campelo e Eduardo Soligo Ponso, com escritórios em São Paulo, Rua Almeida Santos, 2152, 1ª Andar, e no Rio de Janeiro, à Rua Rainha Elisabeth, 77, 1ª Andar. Estas duas empresas são representadas na área por uma equipe chefiada pelo Sr. Carlos Maria Camerini, que há dois anos está fazendo pesquisas sobre o caráter mineralógico da área. Falamos com o Sr. Carlos dia 19 de novembro de 1974, e ele nos disse que de acordo com os resultados das pesquisas feitas até o presente, a única possi-

bilidade para a mineração lucrativa seria colocar uma draga no Rio Sararé para tirar ouro e cassiterita. Já que o Sararé é limite da área, não acreditamos que este tipo de exploração seja muito prejudicial aos índios.

Se a FUNAI decidir indenizar os proprietários da área, obviamente eles terão que comprovar que os seus títulos não têm impedimentos. Com respeito a este assunto, é interessante salientar que todos os títulos vigentes derivam de sesmarias herdadas pelas famílias Müller e Arruda. Uma vez que os termos das sesmarias tratavam com mais terra do que houvesse na área, resultou necessário aos herdeiros concordar entre si na divisão das mesmas; daí o assim chamado "Acordo de Cáceres." Se houver qualquer falha legal neste acordo, todos os títulos vigentes seriam inválidos. Anexamos os documentos relevantes para estudos neste sentido.

2. Integridade social. Para evitar a dissolução da rede social, tomaremos as seguintes medidas.

Com a exceção dos dois grupos já mudados (veja anexo), todos os outros grupos serão mudados de acordo com o ciclo de agricultura. Levaremos os homens para roçar e derrubar no fim das chuvas e então os devolveremos às suas aldeias. Posteriormente, os levaremos para queimar e plantar, devolvendo-os às suas aldeias mas uma vez. Finalmente, quando as roças estiverem prontas, levaremos todos os índios, incluindo mulheres e crianças. Desta maneira, os índios não chegarão a ser preguiçosos e dependentes, como ficariam se a FUNAI os mandasse de uma vez, fornecendo comida durante o primeiro ano.

Um problema mais difícil de resolver, e extremamente grave, é manter e orientar a liderança indígena. Infelizmente, a presença de muitos missionários e indigenistas entre os índios é prejudicial neste sentido. Uma vez que o "civilizado" na aldeia controle os bens econômicos mais importantes, como machados, facas, enxadões, e espingardas, ele chega a ter mais poder do que o cacique. Resulta daí que o controle social outrora fornecido pela liderança do

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

caoique, falha, pois o "civilizado", que não pode compreender a cultura indígena como o nativo, não fica em condições de dirigir as atividades da sociedade. Simplesmente, o controle econômico coloca nas mãos do forasteiro um poder que ele não sabe exercer. Naturalmente, uma parte da resolução deste problema tem a ver com a organização econômica, que trataremos na seção seguinte. Mas, outra parte tem a ver com o número absoluto de "civilizados" que trabalham entre os índios. No momento, somos 14 missionários e três funcionários da FUNAI na região. Devido a complexidade da situação atual, talvez seja necessário 17 pessoas para efetivamente proteger os índios. Mas, uma vez que a nova reserva seja oficializada e atinja estabilidade, sugiro que o número de missionários seja reduzido, talvez a uma pessoa de cada missão, e que o pessoal da FUNAI seja apenas suficiente para afirmar perante os "civilizados" vizinhos que continua a vigilância da repartição.

3. Economia. Uma vez que os índios querem certos bens da sociedade nacional, eles precisam desenvolver meios de consegui-los. Basicamente, eles têm duas alternativas. Ou podem vender a sua mão-de-obra, ou podem vender algum produto. A primeira alternativa deve ser evitada a todo custo, pois uma vez que se tornam trabalhadores braçais, o patrão toma o lugar do cacique, a sociedade se desmorona, e os índios somem na população de peões semi-escravizados e desprevidos de quaisquer direitos sociais.

Assim, os índios têm que vender algum produto, mas durante os primeiros anos após o contato, os únicos produtos que têm para vender são os seus artefatos tradicionais. Por isto, um dos melhores programas já desenvolvidos pela FUNAI é a comercialização de artefatos indígenas para os turistas. Infelizmente, desde que caiu o prédio ocupado pela FUNAI em Cuiabá, com as chuvas em dezembro passado, a 5ª DR se mudou para a cidade vizinha de Coxipó, onde o turista não vai descobri-la. Para melhor atender a esta função importantíssima, a 5ª DR deve abrir uma loja para vender artefatos no centro de Cuiabá e fazer propaganda, colocando cartazes nos hotéis e no aeroporto.

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Nas, visto de uma maneira mais ampla, a FUNAI não deve continuar com o monopólio da compra e venda de artefatos. Como já vimos, este monopólio ameaça a integridade social, por colocar o poder que deve pertencer ao cacique nas mãos da pessoa capacitada a fazer trocas. Ainda mais, o monopólio inibe a educação econômica do índio. Se ele tiver livre escolha de comprador dos seus artefatos, aprenderá muito mais rapidamente o sistema econômica nacional. Por estas razões, solicito que a FUNAI termine com este monopólio, pelo menos no caso nambiquara, para fazer uma experiência das vantagens da política oposta.

Claramente, a longo prazo, os índios não podem continuar conseguindo o que precisam da sociedade nacional somente a base da venda de artefatos. Já que a região nambiquara está desenvolvendo-se em termos de pecuárias, achamos muito provável que os Nambiquara chegarão a criar gado. Os índios de Sainã já tem gado, e os de Camararé e Serra Azul também os querem. Se sair a nova Reserva, mudaremos a aldeia de Camararé ainda este ano para a Fazenda Guaporé Galera, comprando para eles o gado que o Sr. João Pereira dos Santos já tem naquele lugar. Os Nambiquara menos aculturados não aceitarão o gado, e planejamos iniciar a pecuária entre eles com porcos, que têm uma grande probabilidade de aceitação, devido à sua semelhança com a sua caça predelita (o porco do mato). O Sr. Phillip Mosher já experimentou a criação de porcos com os wasusú, com muito êxito. Com terras boas, no futuro os Nambiquara terão tanta probabilidade de vender seus animais excedentes quanto qualquer empresa agropecuária da região.

4. Educação. O nosso objetivo final é levar o índio ao ponto onde ele possa cuidar de seus próprios interesses, sem custar nada para a sociedade nacional. Para chegar a este ponto, o índio tem que aprender suficientemente a natureza da sociedade nacional, afim de lidar com ela. Isto só será possível a base de um programa de instrução efetiva. O primeiro passo será le-

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

var o índio ao ponto de poder falar, ler e escrever o Português, bem como usar a moeda nacional.

Estudos da aprendizagem de línguas estrangeiras mostram que, além de inatas diferenças de habilidade, o que mais influe é a motivação. Uma pessoa que tenha muita vontade de aprender uma língua estrangeira aprende-a rapidamente, enquanto que uma pessoa sem esta vontade não o consegue. E, naturalmente, a motivação para aprender a língua estrangeira depende da necessidade de usá-la.

Assim, uma pessoa obrigada a aprender inglês na escola não o consegue, mas uma pessoa que vai residir na Inglaterra aprende-o bem e mais rapidamente.

A motivação dos índios em aprender o português depende da natureza do contato com a sociedade nacional. Enquanto este contato é mínimo, eles não o aprendem, e vão aprendendo à medida que as relações interétnicas aumentam. Como que o primeiro setor das interrelações a desenvolver-se é o econômico, o primeiro português que os índios aprendem é o que é necessário para fazer trocas, e daí o seu conhecimento da língua vai aumentando. Esta é mais uma boa razão para permitir ao índio livre escolha do comprador dos seus produtos.

Uma vez que a aprendizagem do português é lenta (pois a língua é uma parte da cultura, e obedece a regra de mudança através das gerações), é prático iniciar um programa de alfabetização na sua própria língua. Os pesquisadores do Summer Institute of Linguistics já trabalham há mais de 15 anos entre os Nambiquara do Sul, e já falam bem a língua nambiquara, mas ainda não fizeram uma ortografia prática. Estamos em negociações com eles, e no mês que vem, realizaremos uma reunião para resolver definitivamente este problema. Daí, organizaremos um programa para alfabetizar rapidamente meia dúzia de índios, que depois servirão de professores para os outros.

A educação econômica do índio nambiquara também encontra problemas. Os intercâmbios tradicionais são do



tipo chamado de reciprocidade demorada. Isto é, quando um índio pede uma coisa a outro, o segundo é obrigado a dá-lo. Ele não pode exigir nada em troca, pois isto seria considerado falta de educação. Entretanto, depois de uma demora de dias, semanas ou meses, o segundo pode pedir uma coisa ao primeiro, que por sua vez, é obrigado a entregá-lo.

O primeiro passo para o sistema econômico "civilizado" é a reciprocidade imediata. O índio aprende a trocar coisas na hora. Quando os missionários começaram a fazer trocas a base da reciprocidade imediata, em Serra Azul e Camararé, há alguns anos, foi muito difícil aos índios aceitarem, e o fizeram com mal humor, achando os missionários muito mal educados. Não obstante, eles foram aprendendo, pouco a pouco, que a reciprocidade imediata foi a maneira certa de trocar com "civilizados," enquanto retinham a prática da reciprocidade demorada nas trocas entre si. Apesar de tudo, foram aprendendo, até que a política monopolista da FUNAI reintroduziu a demora.

Uma vez que os índios aprendem a trocar na base da reciprocidade imediata, o segundo passo a ensiná-los será o uso de dinheiro, como substituto para bens. A dificuldade disto é que os Nambiquara desconhecem a matemática, sendo impossível contar em sua própria língua. Assim, o ensino da matemática tem que começar por uma explicação de números, que são palavras arbitrárias e convencionais, sequenciadas para serem colocadas em correspondência com os objetos. Isto, que é tão óbvio para nós, não é nada óbvio para o Nambiquara; conhecemos um índio que sabia contar até vinte, mas não sabia responder a pergunta "Quantas pedras tenho na mão?"

Em vista destas dificuldades, elaboraremos um programa especial de matemática planejada para levar os Nambiquara do ponto onde estão até podermos lidar efetivamente com o dinheiro, usando-o para compras e vendas, e sabendo proteger os próprios interesses. Este programa de matemática será ensinado ao lado do currículo de alfabetização.

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

5. Saúde. Como é bem conhecido, durante os primeiros anos depois do contato, os índios sofrem de muitas doenças de origem européia e africana, às quais não têm resistência. Um dos grandes êxitos da FUNAI é a elaboração de um programa médico, que está começando a ter resultados positivos na melhora da saúde dos índios. Na 5ª DR, este êxito é devido, em grande parte, ao trabalho dedicado da enfermeira Dona Cecília.

Uma parte dos Nambiquara já foram vacinados contra tuberculose, varíola, sarampo, e tétano. Infelizmente, achamos os arquivos que fazem o controle deste programa em estado caótico, e estamos organizando de modo que possibilite a completação de todo o programa de vacinação.

Durante muitos anos, os way'sú viviam da prostituição das suas mulheres, e agora existe a possibilidade de doenças venéreas. Vamos providenciar exames médicos imediatamente, para comprovar se há este problema e contê-lo antes que se espalhe.

Visto que a região da reserva a ser criada na área interdita é infestada com malária, solicitamos que a FUNAI entre em contato com a SUCAM para iniciar logo um programa de controle desta doença.

Finalmente, a presença de Necator americanus é endêmica entre os Nambiquara, enfraquecendo-os e estragando a sua resistência a outras doenças. A única maneira eficaz de lidar com este problema é promover que os índios modifiquem os seus hábitos de higiene. Este é o problema sanitário mais difícil de resolução, porque os índios dificilmente modificam hábitos básicos da vida quotidiana. Entretanto, procuraremos meios de convence-los a andar calçados e deixar de dormir no chão.

### Conclusão

A base das sugestões contidas neste relatório, achamos totalmente possível normalizar, dentro de poucos anos, a situação dos índios nambiquara. Entretanto, não

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

podemos fazê-lo sem verbas, sem apoio superior, e sem assistentes competentes. Durante o ano passado, o nosso trabalho foi gravemente prejudicado por demoras na liberação de verbas, superiores que não forneciam informações necessárias e que não reagiram às solicitações apresentadas, bem como assistentes insubordinados. Se a FUNAI não nos fornecer condições para trabalhar, os nossos serviços não valerão o salário pago. Mas, se a FUNAI nos apoiar, apresentaremos, já no fim deste ano, resultados impressionantes. O primeiro passo será a criação de uma reserva na área interdita, antes do fim de março, para que possamos começar a mudar os índios de acordo com o ciclo de agricultura.

---

P. David Price

Coordenador do Projeto Nambiquara

22 de janeiro de 1975

ANEXO I.

Mudança dos way'sú e hahayntésú

Em violação de nossa própria política de mudanças, determinamos transferir os way'sú e os hahayntésú imediatamente à área interditada. Essa possibilidade foi sancionada pelo Decreto Nº 74.515, que interditou a área para fins de atração. Justificamos a mudança, tendo por base as péssimas condições em que os dois grupos moravam, já há vários anos. A aldeia dos way'sú fixava na entrada de várias fazendas, onde foram expostos aos curiosos, como os animais num jardim zoológico. Foram expostos, também, a muitas doenças e em meço de ano passado teriam morrido todos de sarampo, se não fossem as providências rápidas da FUNAI. Até passaram a prostituir as suas mulheres em troca de comida.

A aldeia dos hahayntésú passou a ficar a beira da pista de aterrissagem de uma fazenda enorme, pertencente à Agropecuária Vale do Guaporé. Há três anos, não fazem mais roças, e com a derrubada de milhares de hectares pela fazenda, a caça sumiu. Os índios passaram a viver da mandragora, matando os animais da fazenda e roubando das roças e do armazém. Esgotada a paciência do pessoal da fazenda, eles começaram a ameaçar os índios de extermínio.

Determinamos mudar os dois grupos, que dizem ser amigos, à derrubada na propriedade do Albino Villa que fica no meio curso do Rio Serará, pois este é o único lugar na área interditada que tem uma boa roça de milho já formada. Informamos o Sr. Albino da nossa intenção através de seu filho, Dr. Vicente, e solicitamos que retirasse o seu pessoal do lugar. Mudamos os Índios, que somam a 78 pessoas, nos últimos dias de dezembro de 1974 e nos primeiros dias de janeiro de 1975, com a ajuda da Missão Cristã Brasileira. A mudança envolveu umas 35 horas de voo, para levar os índios à cidade de Mato Grosso e nove viagens de caminhão para levá-los de Mato Grosso até a roça. A Agropecuária Vale do Guaporé ajudou na mudança, fornecendo à

5. Saúde. Como é bem conhecido, durante os primeiros anos depois do contato, os índios sofrem de muitas doenças de origem européia e africana, às quais não têm resistência. Um dos grandes êxitos da FUNAI é a elaboração de um programa médico, que está começando a ter resultados positivos na melhora da saúde dos índios. Na 5ª DR, este êxito é devido, em grande parte, ao trabalho dedicado da enfermeira Dona Cecília.

Uma parte dos Nambiquara já foram vacinados contra a tuberculose, varíola, sarampo, e tétano. Infelizmente, achamos os arquivos que fazem o controle deste programa em estado caótico, e estamos organizando de modo que possibilite a completação de todo o programa de vacinação.

Durante muitos anos, os way'sú viviam na prostituição das suas mulheres, e agora existe a possibilidade de doenças venéreas. Vamos providenciar exames médicos imediatamente, para comprovar se há este problema e controlá-lo antes que se espalhe.

Visto que a região da reserva a ser criada na área interdita é infestada com malária, solicitamos que a FUNAI entre em contato com a SUCAM para iniciar logo um programa de controle desta doença.

Finalmente, a presença de Mecator americanus é endêmica entre os Nambiquara, enfraquecendo-os e estragando a sua resistência a outras doenças. A única maneira eficaz de lidar com este problema é promover que os índios modifiquem os seus hábitos de higiene. Este é o problema sanitário mais difícil de resolução, porque os índios dificilmente modificam hábitos básicos da vida quotidiana. Entretanto, procuraremos meios de convencê-los a andar calçados e deixar de dormir no chão.

#### Conclusão

A base das sugestões contidas neste relatório, achamos totalmente possível normalizar, dentro de poucos anos, a situação dos índios nambiquara. Entretanto, não



MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Missão Cristã Brasileira por Lima e Ólea para o avião, e pagando ao roceiro, Br. Joaquim Santana da Silva, R\$25.000,00 pelo produto de sua lavoura, destinado a alimentar os índios até que façam suas próprias roças. Assim, o custo da FUNAI na mudança e na alimentação durante o primeiro ano apenas chegou a R\$15.000,00.

Há tempos que os dois grupos de índios queriam mudar-se, fazendo a mudança de livre e espontânea vontade uma vez que fornecemos condições. Chegando à roça, gostaram muito do lugar, e temos toda a esperança que ficarão contentes ali.

---

P. David Irtice

Coordenador do Projeto Kambiquara  
22 de janeiro de 1975